

IPMF disfarçado socorrerá o sistema de saúde

Alan Marques

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, cedeu e aceitou a proposta do ministro da Saúde, Adib Jatene, para criar uma contribuição sobre movimentação financeira, a exemplo do extinto IPMF, para financiar as despesas na área de saúde. Ontem, Malan e Jatene reuniram-se para discutir novas fontes de recursos para o setor. As alternativas serão reunidas em um novo projeto que será encaminhado ao Congresso em agosto, depois do recesso parlamentar. Eles decidiram que ainda este mês técnicos dos dois ministérios continuarão estudando alternativas de financiamento das despesas da Saúde, que apresentarão, até o final deste ano, um déficit de R\$ 4 bilhões.

Depois de uma semana de atritos com a área econômica, Adib Jatene reaproximou-se tanto de Malan quanto do ministro do Planejamento, José Serra, com quem também se reuniu durante a tarde. Ao contrário de Malan, Serra não está tão convencido de que a contribuição (o chamado IPMF da Saúde) é a única solução para resolver a crise.

Ele disse a Jatene que vai continuar procurando "fórmulas alternativas". Só depois disso é que consideraria válida a hipótese da criação de uma fonte de recursos vinculada ao setor saúde. Isto, no entanto, bastou para deixar Jatene otimista. "Como não há, até aqui, uma alternativa satisfatória, acredito que o ministro Serra aceite a criação dessa contribuição", disse. Como foram conversas isoladas, o ministro da Saúde quer, agora, um encontro em que Malan e Serra estejam juntos.

"Nunca discordei da contribuição", explicou Serra. "Apenas disse que se houver outra fonte, melhor". Segundo José Serra, a Saúde precisa de mais dinheiro, embora, da mesma forma, precise também controlar suas despesas. "Eu sei que isso o ministro Jatene vem fazendo muito bem", disse.

O orçamento do Ministério da Saúde prevê gastos de R\$ 13,9 bilhões para este ano, mas serão necessários outros R\$ 4 bilhões para cobrir as despesas hospitalares com o reajuste de cerca de 40% que será

concedido às AIHs (autorizações de internação hospitalar), a partir deste mês. O ministro da Saúde quer aumentar de R\$ 600 milhões para R\$ 850 milhões os repasses mensais para cobrir os reajustes. Os ministros da Fazenda e do Planejamento decidiram, no entanto, que apesar de autorizar o aumento, os pagamentos com os novos valores ocorrerão somente a partir do momento que o Congresso aprovar as propostas de novas fontes de recursos, que já estão no Congresso.

Segundo Jatene, Malan não é contra a criação da contribuição social, apenas não queria mais uma receita vinculada. Isto porque, em agosto, ele e o ministro do Planejamento, José Serra, querem discutir com o Congresso o fim das vinculações da receita, que deixam a União com pouco mais de 10% dos recursos arrecadados. Jatene acha que a reação da sociedade diante da criação de uma contribuição, nos moldes do IPMF, não será negativa. "Se ficar claro que o Governo não pode emitir dinheiro, a sociedade compreenderá", ponderou.



Jatene convence Malan da necessidade de criar uma contribuição para cobrir o déficit da Saúde